

Modernização do Crédito: nova legislação e grupos de trabalho.

Guilherme Rios

Presidente da Câmara Temática de
Modernização do Crédito.



AGRONEGÓCIO



Produto Interno
Bruno (PIB)

23,5%



Empregos

26%



Exportações

48,8%

O mercado de crédito está em condições adequadas ao desenvolvimento da agropecuária?

O produtor está em condições de acessar o mercado de crédito que almejamos?

Lei do Agro – Lei N° 13.986/2020

MP 897/2019 (MP do Agro)

A **Lei do Agro** representou a modernização do financiamento rural no Brasil, ampliando o acesso ao crédito por meio de novos instrumentos jurídicos, maior segurança para investidores e redução da burocracia.

CPR

- Emissão ampla;
- Liquidação financeira;
- Moeda estrangeira;
- Etc;

PRA

- Ampliação de garantias;
- Obrigações específicas;
- Múltiplas operações;
- Etc;

REGISTROS

- Registro eletrônico;
- Limitação de emolumentos;
- Matrícula PRA;
- Prazos;
- Etc;

RECURSOS

- Aumentos dos recursos;
- Segurança jurídica;
- Digitalização;
- Ambiente mais competitivo;
- Etc;

Evolução dos Títulos do Agro

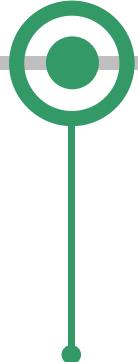


Lei do Agro	2020	jun/21	jun/22	jun/23	jun/24	jun/25
CPR	55,97	156,94	258,57	350,89	516,87	
LCA	124,16	267,15	420,8	472,66	587,49	
CDCA	12,53	23,36	30,32	32,79	32,47	
CRA	55,29	79,49	111,26	140,59	158,97	
-	mar/21	mar/22	mar/23	mar/24	mar/25	
Fiagro	-	3	12,2	38,09	43,1	

Fonte: Boletim de Finanças Privadas do Agro – Ministério da Agricultura (2025).

Linha do tempo das finanças do agro

2021



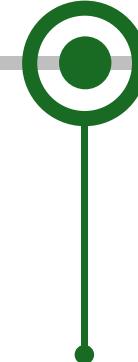
Pandemia forçou
mercado financeiro a
se modernizar. Muitas
digitalizações
ocorreram.

Lei N° 14.421/2022 (Lei
do Agro 2)

2022



2023



Lei N° 14.711/2023
(Marco Legal das
Garantias)

As Recuperações Judiciais
e os instrumentos de
gestão de riscos foram
colocados à prova.

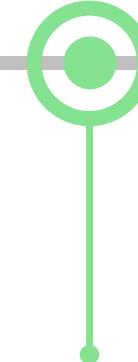
2024



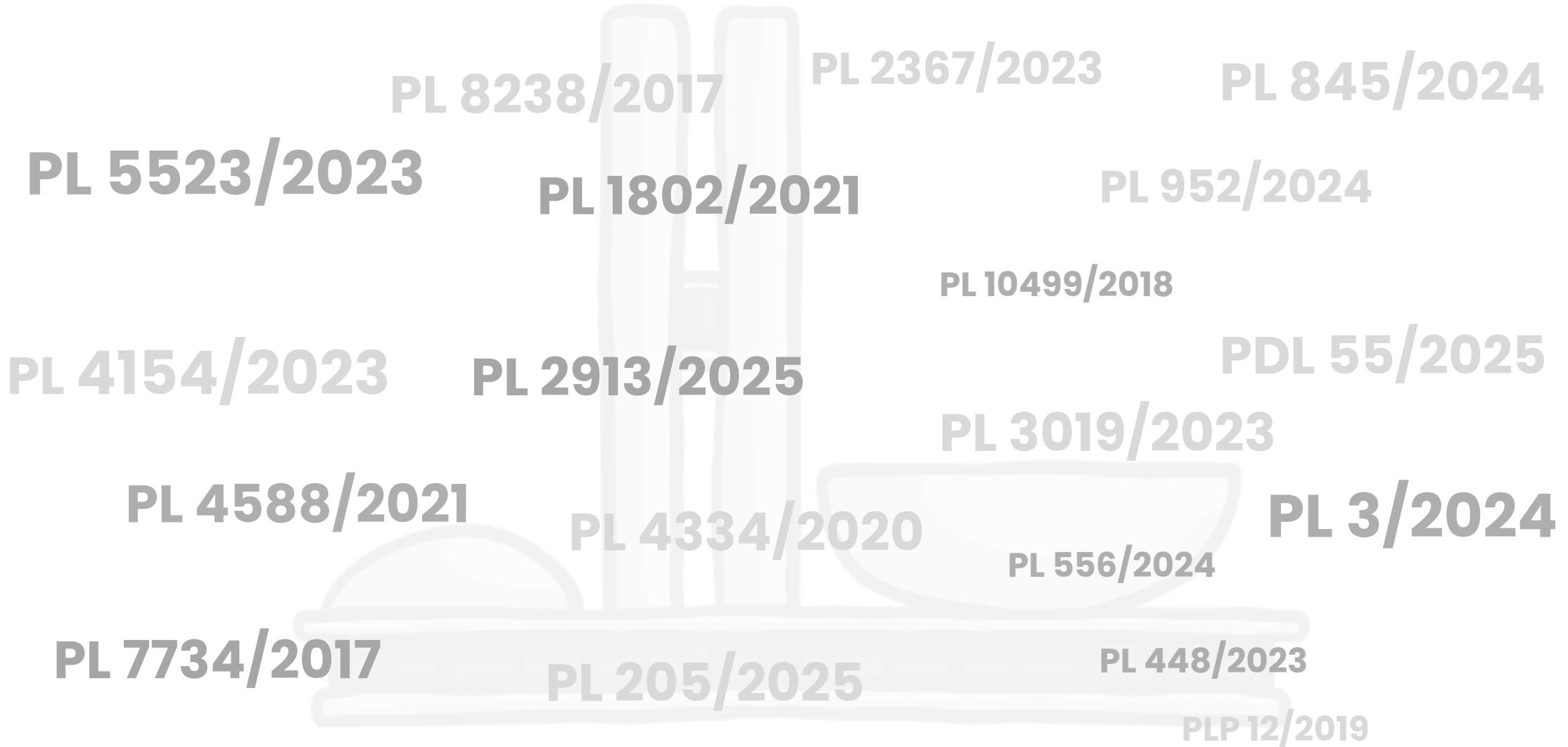
MP 1303/2025, limitação de crédito,
RJs, insegurança jurídica...

Momento da Lei do Agro 3?

2025



Existem diversas propostas em curso...



Continuidade dos avanços

Os avanços trazidos pelas últimas Leis do Agro foram fundamentais para o desenvolvimento do mercado de crédito.

No entanto, ainda há espaço para aprimoramentos. Passados alguns anos das mudanças implementadas, o mercado já possui maturidade para identificar onde são necessários ajustes.



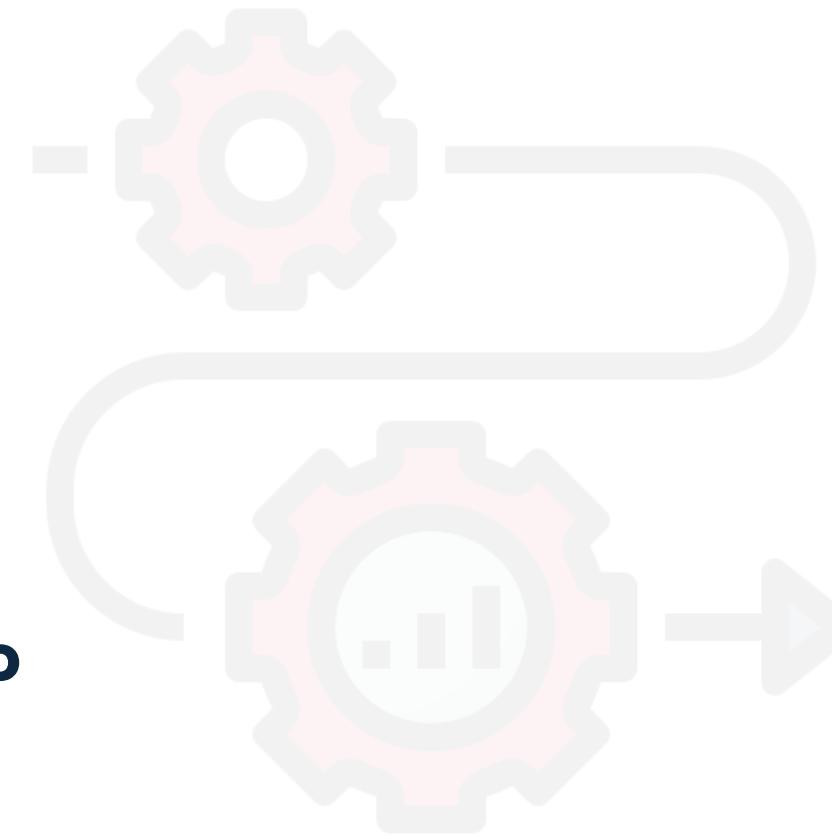
Mudanças Legais

Ajustes nas legislações do agro e criação de novos dispositivos.



Regramento Infralegal

Articulação com reguladores para a publicação de resoluções assertivas.



Itens mapeados

Títulos do Agro: CPR, CDA/WA, CDCA, CRA, Fiagros...

Os instrumentos vêm apresentando desempenho positivo e crescente adesão no mercado, contribuindo significativamente para a diversificação das fontes de financiamento do agro.

No entanto, ajustes pontuais podem fortalecer sua segurança jurídica, ampliar o acesso e consolidar seu uso de forma mais estruturada e padronizada.

Exemplos:

- Existem críticas de como as **CPRs** foram ampliadas nas últimas alterações.
- Restrição das emissões dos **CRAs**.
- **CDCA** não tem sido emitido pelas empresas e outros títulos têm sido preferidos. Por quê?
- Taxação dos **Fiagros**.

Itens mapeados

Ambiente de Negócios:

É necessário aprimorar o ambiente operacional que dá suporte ao mercado, com

foco em:

- Padronização e redução dos custos de registro e averbação;
- Ampliação da digitalização de garantias móveis e imóveis;
- Viabilização do fracionamento de imóveis rurais para fins de garantia – PRA;
- Integração com tecnologias emergentes, como tokenização de ativos e garantias e moedas digitais;
- Reconhecimento de cotas de fundos (inclusive Fiagros) como garantias reais;
- Interoperabilidade entre plataformas de registro, negociação e custódia;

Exemplos:

- Cartórios não têm respeitado limitação de custos de emolumentos da **Lei do Agro**.
- Registro de Garantias Móveis na **B3**?
- **Patrimônio Rural em Afetação (PRA)** – o que falta para deslanchar?
- Verificação da conformidade das CPRs – bureau de **CPRs**?
- Cédula Imobiliária Rural (**CIR**) – insegurança jurídica e falta de adesão.

Itens mapeados

Ampliação de Recursos:

- Facilitar o acesso a capital externo, com simplificação do processo de captação e registro;
- Desenvolver mecanismos eficientes de proteção cambial, incluindo maior acesso ao hedge para produtores e investidores;
- Uso de adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC);
- Incentivar a emissão de títulos em moeda estrangeira ou atrelados ao dólar, especialmente em operações estruturadas com grandes produtores.
- Tokenização de ativos

Exemplos:

- Crédito em dólar. Qual o público? Quais ferramentas de gestão necessárias?
- Captação de recursos externos.
- Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC) – quais os entraves para cessão?

Itens mapeados

Segurança Jurídica: Alguns pontos de incerteza ainda fragilizam a confiança dos agentes financeiros e investidores, bem como atrapalham o acesso pelo produtor rural. São necessárias ações como:

- Maior clareza sobre os efeitos da recuperação judicial nas garantias vinculadas a títulos do agro, com preservação dos direitos do credor;
- Para o produtor rural a RJ deve cumprir sua função de ajudar a reestruturação do negócio e continuidade da atividade;
- Tratamento objetivo para impedimentos socioambientais, sem extrações legais;
- Mecanismos de proteção ao produtor rural, evitando abusos na formalização de garantias e práticas de vendas casadas;

Exemplos:

- **RJ:** Administrador Judicial, essencialidade de bens, “indústria da RJ”, morosidade do processo... Precisamos/devemos fazer alguma mudança?
- Resoluções CMN e extrações do Código Florestal.
- **Vendas Casadas** e acesso ao crédito.
- Proteção ao credor e ao produtor rural.



O que mais precisamos abordar?



Grupos de Trabalho

GT 1

Títulos do Agro

 2 coordenadores

- Mapeamento dos títulos a serem alterados.
- Interação com Mercado de Capitais.
- Construção de dispositivos.

GT 2

Ambiente de Negócio

 2 coordenadores

- Mapeamento das legislações e entraves atuais.
- Acionar entidades (B3, CERC, Anoreg...)
- Construção de dispositivos.

GT 3

Finanças e Segurança Jurídica

 2 coordenadores

- Levantamento dos itens que fragilizam a relação credor/tomador.
- Oportunidades de captação.
- Construção de dispositivos.

Participantes

A participação de todos os membros é fundamental!

Aqueles que quiserem coordenar os grupos ou participar dos trabalhos, deverão preencher formulário indicando os GTs de interesse.



Formulário será encaminhado pelo e-mail da Modercred.

Plano de Ação

Cada GT definirá seu Plano de Ação.

A ideia é fazer apresentações periódicas sobre o progresso.

- Apresentação à Modercred.
- Apresentação à FPA.
- Apresentação ao Governo (MAPA, Fazenda, CVM, Bacen...);

Refinamento de textos em conjunto.



Guilherme Rios
Presidente da Câmara
Temática de
Modernização do Crédito

Assessor Técnico da
**Confederação da
Agricultura e Pecuária do
Brasil (CNA)**

guilherme.rios@cna.org.br